



## MARANHÃO

# Vigilantes cobram da Prosegur respeito a CCT



O Sindicato dos trabalhadores vigilantes do Estado do Maranhão esteve na porta da empresa Prosegur transporte de valores no dia 25/06, parando as atividades da empresa.

A empresa não está respeitando a CCT e os direitos dos trabalhadores, por estar descumprido a cláusula nona parágrafo segundo, que trata do pagamento das horas

extras.

A empresa quer implantar o banco de horas, ao invés de pagar as horas como manda a CCT.

Depois de muito impasse, o gerente da empresa ouviu os trabalhadores e deu a sua palavra que vai respeitar a CCT.

Fonte: Sind Vig Maranhão

## BAHIA

### VIPAC/FUNCEB – RECICLAGEM:

#### ATENÇÃO COLEGAS, FUNCEB CONFIRMA RESSARCIMENTO A VIGILANTE E AGENDAMENTO DE CURSO PARA 61 COM RECICLAGEM VENCIDA.

Na última sexta-feira, 28, o Sindicato recebeu dois ofícios da Funceb – Fundação Cultural do Estado da Bahia contendo respostas as cobranças do Sindicato. No primeiro confirma que foi pago ao vigilante Gilmar Moreira, a título de ressarcimento, o valor do curso que o mesmo tinha pago pela realização do curso de reciclagem vencido. No segundo ofício a Funceb repassa o

cronograma do curso de reciclagem vencida para 61 colegas da Funceb, iniciando o primeiro grupo (7 vigilantes) no próximo dia 01 de julho na escola Sigga (ex-Sev). A lista dos colegas elaborada pela empresa ficará a disposição dos colegas nos principais postos (TCA, etc.) e no Sindicato. É luta, é conquista!

Fonte: Sindvigilantes Bahia

# Justiça determina que agências bancárias mantenham vigilância armada 24 horas

**A decisão fixou aos bancos o prazo de 30 dias para cumprimento, sob pena da determinação de multa diária no valor de R\$ 5 mil**



A Justiça determinou que as agências do Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco da Amazônia, Banco Itaú, Banco do Nordeste, e Banco Santander no Maranhão mantenham vigilância armada 24 horas, conforme expressa a Lei Estadual 10.605/2017. A decisão foi proferida na quinta-feira (27) pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, pelo juiz titular Douglas de Melo Martins. A referida Lei dispõe, entre outros, sobre a contratação de vigilância armada para atuar 24 horas por dia nas agências bancárias públicas e privadas, inclusive em finais de semana e feriados. A

decisão fixou aos bancos o prazo de 30 dias para cumprimento, sob pena da determinação de multa diária no valor de R\$ 5 mil.

A decisão é resultado de Ação Civil Pública que tem como autor o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, e foi ajuizada contra o Banco do Brasil, Banco Bradesco, Banco da Amazônia, Banco Itaú, Banco do Nordeste e Banco Santander, no sentido de cumprimento integral da Lei Estadual que tem como finalidade inibir ações criminosas e garantir a segurança e proteção à vida e à saúde dos consumidores do serviço bancário, como preceitua o Código de

Defesa do Consumidor. O Procon cita na ação que nenhum dos bancos cumpriu, até agora, o que determina a referida lei, desde a sua publicação.

Para a Justiça, a atividade econômica desenvolvida pelos estabelecimentos bancários se enquadra no conceito de atividade de risco, em razão dos altos valores por elas movimentados. A decisão levanta dados referentes aos lucros anuais das grandes agências bancárias do país.

**LEI – A Lei 10.605/2017** ressalta, ainda, o seguinte: “Os vigilantes deverão permanecer no interior da instituição bancária, em local seguro para que possam se proteger durante a jornada de trabalho, e dispor de botão de pânico e terminal telefônico, para acionar rapidamente a polícia. O botão de pânico citado deverá bipar a Sala de Operações da Polícia Militar do Maranhão (...) Como forma de segurança, o vigilante também deverá dispor de dispositivo

para acionar sirene de alto volume no lado externo do estabelecimento, chamando atenção de transeuntes e afastando delinquentes, de forma preventiva a cada acionamento”.

Para a justiça, o PROCON comprovou, por meio de documentos, o descumprimento da lei estadual pelos bancos. “Demonstrada, portanto, a probabilidade do direito alegado. O risco de dano irreparável ou de difícil reparação consiste no fato de que com frequência tem sido noticiada na imprensa a atuação criminosa de grupos contra estabelecimentos bancários, pondo em risco a vida, saúde e segurança não só dos consumidores como dos próprios funcionários dos bancos”, enfatizou Douglas Martins, antes de decidir pela determinação do cumprimento da Lei 10.605/2017.

Fonte: Da redação: [Jornal Pequeno](#)

## MPT propõe que “licença maternidade” seja compartilhada com pais



Revista Fórum – Uma licença parental, onde o pai, caso queira, pode assumir os cuidados da criança para que a mãe retorne ao trabalho. Esta é a proposta do Ministério Público do Trabalho (MPT) para uma nova lei, que permita que mães e pais possam

compartilhar parte do final do período de licença maternidade.

Segundo coluna de Mônica Bergamo, na edição desta segunda-feira (19) da Folha de S.Paulo, a intenção do MPT é permitir que após 120 dias da licença-maternidade o pai possa assumir o cuidado da criança por 60 dias e a mãe retorne ao trabalho.

Caso seja aprovado, a lei que cria a chamada licença parental será apenas para funcionários do Ministério Público da União. A intenção do MPT, no entanto, é que a iniciativa seja exemplo para os demais órgãos públicos e empresas privadas.

Fonte: [Revista Fórum](#)

# Veja o que está vigente e o que foi revogado após 7 decretos

Depois de idas e vindas, normas vigentes hoje facilitam o acesso de cidadãos a armas de fogo e beneficiam atiradores esportivos



Funcionário da Taurus trabalha em fábrica da empresa em São Leopoldo 15/01/2019  
REUTERS/Diego Vara

SÃO PAULO - O governo Bolsonaro atingiu a marca de sete decretos de armas baixados em seis meses. Nesta semana, houve revogação, reedição e nova revogação de textos, enquanto um projeto de lei também foi enviado ao Congresso. Entenda, a seguir, quais normas estão vigentes e quais foram derrubadas.

**Aqui, veja como as mudanças ocorreram data a data.**

## **Valendo - Posse facilitada e até quatro armas para civis**

As regras vigentes do governo continuam prevendo que os cidadãos, desde que preencham requisitos como realização do teste de aptidão técnica e psicológica, podem requerer armas para manter dentro de casa ou do comércio. Para isso, também é preciso ter mais de 25 anos, comprovar que não

responde a inquéritos criminais e ter um local seguro para guardar a arma. O decreto desta semana reedita a previsão de que o requerente deve apresentar uma justificativa de efetiva necessidade. A autoridade policial responsável, de acordo com o que prevê o texto, tem de tomar as informações apresentadas como verdadeiras, o que na prática facilita o trâmite. O limite de armas é quatro por pessoa.

### **Revogado - Porte para 19 categorias profissionais**

O maior ponto de polêmica era a previsão de que 19 categorias profissionais poderiam requerer autorização para portar arma de fogo nas ruas. Entre essas categorias, estavam caminhoneiros, advogados, políticos e até jornalistas que atuam em coberturas policiais. Esse ponto foi revogado e agora o governo quer ver aprovado o projeto de lei que dá carta branca para que o Executivo decida quem poderá portar arma.

### **Valendo - Benefícios para colecionadores, atiradores esportivos e colecionadores**

Os novos decretos mantêm benefícios para a categoria dos colecionadores, atiradores esportivos e colecionadores (CAC). O texto prevê que os CAC poderão adquirir até mil munições anuais para cada arma de fogo de uso restrito e cinco mil munições para as de uso permitido. O texto ratifica também a permissão para que a categoria porte uma arma de fogo curta municiada sempre que estiver em deslocamento para treinamento ou participação em competições.

A medida prevê o limite de cinco armas de cada modelo de calibre permitido para colecionadores, quinze armas para caçadores

e trinta armas para atiradores. A mesma quantidade é prevista também em relação às armas de uso restrito, totalizando dez armas de cada modelo para colecionadores, 30 para caçadores e 60 para atiradores.

### **Valendo - Adolescentes no tiro esportivo**

Continua autorizada a prática de tiro esportivo por maiores de 14 anos, mediante autorização dos responsáveis.

### **Pendente - Armas mais potentes para civis**

Bolsonaro havia chegado a liberar armas mais potentes para civis, ampliando o rol dos equipamentos considerados de uso permitido. A flexibilização havia sido tamanha que a fabricante Taurus chegou a divulgar que um dos produtos, um fuzil T4 9 milímetros, se encaixava nas descrições e, portanto, poderia ser adquirido pelos cidadãos. O governo corrigiu o decreto e agora determinou que o Exército elabore em 60 dias os parâmetros de aferição e a listagem dos calibres nominais que se enquadrem nos limites estabelecidos.

Fonte: [Terra.com.br](https://terra.com.br)

# Unidade das centrais faz crescer a luta contra o fim da Previdência, diz Wagner

Em artigo, presidente da CUT diz que ação unitária foi determinante para o êxito das iniciativas e mobilizações coordenadas até aqui pelas Centrais para resistir e enfrentar os desmandos do governo Bolsonaro



A classe trabalhadora, os sindicatos, os movimentos sociais, os estudantes já têm nova data para voltar às ruas e protestar contra os cortes de verba na Educação, a reforma da Previdência e o conjunto dessa obra destrutiva que é o governo Bolsonaro. De forma unitária, a CUT e todas as Centrais Sindicais decidiram apoiar e participar do Ato Nacional dos estudantes, em 12 de julho, em Brasília.

Menos de dois meses após os grandes atos de maio e após a exitosa greve geral

de 14 de junho, na qual 45 milhões de brasileiros cruzaram os braços contra o fim da aposentadoria, retomaremos o espaço público. Estaremos juntos com a UNE (União Nacional dos Estudantes) durante seu congresso nacional em Brasília. Julho, aliás, será um mês de muita luta em todo o País e locais de trabalho, com os sindicatos orientados a intensificar o processo de coleta de assinaturas contra a reforma da previdência, cujo documento final será entregue ao Congresso Nacional.

O ato em Brasília se somará aos que as centrais vem realizando neste primeiro semestre, que garante à população espaço para se expressar e expor ao mundo o descontentamento com o governo Bolsonaro. Nosso estado de mobilização é permanente. As Centrais e seus Sindicatos atuam diariamente junto aos trabalhadores para barrar a aprovação da proposta que desmonta o Sistema de Seguridade e Previdência Social.

Nossa mobilização incessante prioriza também a pressão sobre os parlamentares. Seja nos gabinetes, nos aeroportos dos Estados onde estão suas bases eleitorais, nos corredores ou em frente à Câmara, o trabalho militante de pressionar deputados e senadores é diário, incansável e criativo.

Os parlamentares já perceberam o ônus que terão em aprovar uma proposta impopular como essa. Prova disso é o fato de essa pressão popular já ter nos garantido a vitória de ver itens decisivos da proposta, como o regime de capitalização, serem retirados do texto original. Mas ainda é pouco.

Não queremos essa proposta que está posta pelo governo, nada nela nos serve, nada nela melhora a vida dos trabalhadores e da população mais pobre do País. Muito ao contrário: só prejudica e empobrece.

Bolsonaro - é sempre importante destacar - não anunciou uma única medida positiva, favorável à classe trabalhadora nesses seis meses de desgoverno. Nem aos trabalhadores, nem aos estudantes, nem para ninguém que não seja fabricante de armas, ruralista, empresário, banqueiro...

E mesmo essa elite, representada em maioria no Congresso Nacional, já manifestou perda de confiança no presidente que ajudou a eleger, daí

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

a estagnação da economia e dos investimentos no País. As pesquisas comprovam que Bolsonaro vai morro abaixo em popularidade e que o Brasil não sai do ponto morto.

Pela aposentadoria, pelos nossos direitos, por empregos, pelas verbas à educação, por tudo isso e mais, julho já é uma mês importante à luta contra o desmanche que o governo vem impondo ao País. Nas ruas, os trabalhadores tem espaço e tempo, vez e voz para dizer ao País o que Bolsonaro e sua equipe inconsistente se negam a ver e ouvir:

- Não queremos essa reforma da Previdência, não queremos o fim da aposentadoria, não queremos cortes de verbas na educação, na cultura, no saneamento, nos programas sociais; não queremos um país dividido e, ao mesmo tempo, acuado pelo ódio e desmandos de um governo sectário, conservador, despreparado, raivoso, incompetente.

Essas certezas unificam nossa luta. Uma unidade de ações que foi determinante para o êxito das iniciativas e mobilizações até esse momento coordenadas pelas Centrais Sindicais contra a reforma da Previdência.

O compromisso das Centrais é investir na manutenção dessa unidade de ação que faz crescer a mobilização e, por sua vez, amplia a unidade, em um círculo virtuoso de luta.

**Vagner Freitas**

**Presidente da CUT**

Fonte: CUT

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF